representacoop

relações institucionais

INFORME
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

[semanal]

IRP Nº 10 – ano 2025

03 a 07 de março de 2025

SistemaOcepar
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

REFORMA MINISTERIAL
AGENDA PRIORITÁRIA DO CONGRESSO

REFORMA MINISTERIAL NO GOVERNO

O governo anunciou, na sexta-feira passada (28/02), a presidente do PT e deputada paranaense **Gleisi Hoffmann como a nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), substituindo Alexandre Padilha (PT), que por sua vez assumirá o Ministério da Saúde no lugar de Nísia Trindade**. Essas movimentações sinalizam uma estratégia de reposicionamento interno do governo, ainda priorizando da influência petista nos postos estratégicos da articulação política e na gestão da saúde, enquanto mantém o Centrão em uma posição secundária no núcleo ministerial. A cerimônia de posse dos novos Ministros está marcada para 10 de março:

TROCAS PROMOVIDAS PELO GOVERNO NOS MINISTÉRIOS

SRI

Sai

Alexandre Padilha (PT-SP)

Entra

Gleisi Hoffmann (PT-PR)

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sai

Nísia Trindade

Entra

Alexandre Padilha (PT-SP)

QUEM ASSUME A VAGA NA CÂMARA?

Com a nomeação da deputada federal Gleisi Hoffmann (PT) para assumir a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, **uma vaga será aberta para o Paraná na Câmara dos Deputados**. **Gleisi é a segunda representante do PT paranaense a integrar o Poder Executivo Federal**, após Enio Verri ter sido indicado para a presidência da Itaipu Binacional. A saída de Verri já havia permitido a posse do primeiro suplente da chapa petista no estado, o deputado Elton Welter, ex-vereador de Toledo.

Agora, com a saída de Gleisi, **quem assume a cadeira deixada na Câmara é a segunda suplente, a vereadora de Londrina Lenir de Assis (PT)**. Com uma trajetória consolidada na política municipal, Lenir está em seu quarto mandato como vereadora. Sua posse será uma nova etapa da carreira dessa política profissional.

Aos 55 anos, Lenir de Assis é socióloga e tem uma longa trajetória ligada às pautas sociais e comunitárias. Sua atuação em Londrina sempre esteve voltada à inclusão social, educação e **políticas públicas voltadas para as mulheres.**

Lenir de Assis – vereadora de Londrina

Fonte: Câmara de Londrina.

ANÁLISE – TROCA NA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Lula tem uma **relação antiga com Gleisi Hoffmann e costuma exaltar sua atuação** como presidente do Partido dos Trabalhadores. Gleisi assumiu a sigla após vencer as eleições internas de 2016, em um momento delicado, logo depois dos piores resultados eleitorais da história do partido, devido a uma grave crise decorrente da operação Lava-Jato.

A justificativa do governo para essa decisão é que **a deputada tem bom trânsito entre as lideranças no Congresso e uma atuação pragmática**. No entanto**, a nomeação de Gleisi frustrou membros de partidos aliados do Centrão, como PSD, União Brasil, PP, Republicanos e MDB**, que reivindicam mais espaços de destaque no governo, incluindo o comando da Secretaria de Relações Institucionais. **Interlocutores e analistas da Câmara avaliam que, apesar de ser pragmática, Gleisi dedicou os últimos anos de sua atuação parlamentar à defesa de pautas que a distanciaram da posição mediana do Congresso**, o que pode **dificultar as negociações** com parlamentares dos partidos de centro.

Imagem: Logo da Secretaria de Relações Institucionais – Governo Federal

Fonte: Governo Federal

Diante das reações, Gleisi respondeu às declarações sugerindo ao presidente mudanças na liderança do governo na Câmara. A **nova ministra defende a escolha de um deputado de um partido de centro** para contrabalançar sua nomeação para a Secretaria de Relações Institucionais, substituindo o então líder José Guimarães (PT-CE), que assumiria um mandato-tampão como presidente do PT.

Os nomes apresentados ao presidente como favoritos no momento são **Isnaldo Bulhões (MDB-AL) e Antonio Brito (PSD-BA).** O primeiro é ligado ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), enquanto o segundo pertence ao PSD da Bahia, partido que mantém uma longa aliança com o PT no estado. Além de Gleisi Hoffmann, **o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também se mostrou favorável à indicação de um representante de um partido de centro para a liderança do governo**. Todo esse debate acontece mediante a rumores de possíveis debandadas de partidos da coalizão de governo.

AGENDA PRIORITÁRIA DO CONGRESSO

No retorno do recesso de Carnaval, o Congresso Nacional terá **como principal prioridade a aprovação do Orçamento de 2025**, um tema que se arrasta desde o ano passado devido a impasses jurídicos sobre a destinação de emendas parlamentares. A peça orçamentária, que deveria ter sido aprovada no final de 2024, permanece travada, impactando a liberação de recursos e dificultando a execução de políticas públicas. No entanto, **como resultados das ultimas reuniões do colégio de líderes e negociações com o governo**, há uma **pauta prioritária dos próximos meses** anunciadas pelo congresso. São elas elas:

Pauta econômica: A reforma do Imposto de Renda deve ser um dos principais debates no Legislativo. O governo planeja propor um projeto que amplie a faixa de isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil mensais, uma medida que pode ter impacto direto na popularidade do presidente Lula. Além disso, o Congresso deve avançar na segunda etapa da regulamentação da reforma tributária, que define as regras para a gestão do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), essencial para a divisão de arrecadação entre estados e municípios. Outro tema relevante é o projeto que combate supersalários no funcionalismo público, defendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segurança Pública: Outra frente de debate será a segurança pública, com o Planalto tentando avançar na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que integra as forças de segurança do país. O tema enfrenta resistência de setores da oposição, mas tem grande apelo junto à população e pode se tornar um dos eixos centrais das eleições de 2026.

Reforma Politico-Eleitoral: O Congresso deve discutir mudanças no sistema eleitoral, incluindo a proposta de implementação do voto distrital misto e a aprovação do novo Código Eleitoral. Para que essas alterações sejam aplicadas no próximo pleito, elas precisam ser aprovadas até outubro deste ano.

Com uma agenda extensa e temas de alto impacto, o Congresso em 2025 será palco de intensas disputas políticas que definirão o rumo do governo e das próximas eleições.

representacoop

relações institucionais

SistemaOcepar
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh e deixe sua sugestão e/ou opinião.